



PARECER DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE A PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO 2026

1. Contextualização

A sociedade moçambicana, congregada nas organizações e associações que compõem o Movimento de Educação Para Todos (MEPT), tem acompanhado com atenção a implementação de políticas no sector da educação. O MEPT na qualidade de actor de desenvolvimento que advoca pela melhoria da provisão de serviços públicos e básicos no sector de educação, por via da promoção de melhores políticas sectoriais, elabora este parecer com o objectivo de induzir uma reflexão sobre a qualidade e impacto dos dados e informações que compõem a proposta de PESOE para o exercício económico de 2026, visando avaliar o seu alinhamento com as necessidades e os interesses do cidadão.

1.1. Metodologia

A análise efectuada pelo MEPT teve como base os seguintes documentos de referência: Conta Geral do Estado 2024, Lei de PESOE 2025 e proposta do PESOE 2026. Para avaliar a qualidade e a abrangência dos documentos utilizados foi tido como referência a melhor prática detalhada dos processos de prestação de contas e responsabilização social.

Os resultados da análise são partilhados com a Assembleia da República, através da Terceira Comissão e outras Comissões, com o Governo através do Ministérios da Educação e Cultura, de Economia, Finanças, e de Planificação e Desenvolvimento, com os cidadãos e outros actores interessados na promoção de uma educação de qualidade. Este visa contribuir para que o PESOE 2026 seja mais ajustado às necessidades e expectativas do cidadão no sector da educação, esperando que as sugestões que aqui são propostas sejam de elevada consideração pelos legisladores e pelo executivo.

2. Análise sobre a proposta de contratação de Professores para o ano 2026

O Governo prevê que, em 2026, o sector da educação cresça para cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), impulsionado por investimentos destinados à infra-estruturas, construção de novas escolas e à aquisição de recursos pedagógicos. Contudo, apesar deste cenário promissor, persistem sérias preocupações quanto à contratação de professores para o Ensino Primário, um dos factores essenciais para garantir a qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas.

No Programa Quinquenal do Governo (2020–2024), estava previsto que o rácio aluno/professor fosse reduzido de 65 para 55 alunos por professor. Entretanto, os dados do Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE) de 2024 revelam que a meta não foi atingida, tendo o rácio aumentado para 68,1 alunos por professor. O novo PQG 2025–2029 mantém a ambição de alcançar 55 alunos por professor até 2029, mas as



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

projeções operacionais para 2025 e 2026 indicam uma tendência de agravamento, o que compromete de antemão o alcance desse objectivo.

Entre 2022 e o primeiro semestre de 2025, o número de alunos no ensino primário aumentou, em média 24% por ano, o que corresponde a um efectivo de cerca de sete milhões de novos ingressos na escola. Paradoxalmente, a contratação de professores no mesmo período registou uma redução média anual de 34% negativos, criando uma correlação negativa entre a expansão do sistema educativo e a capacidade de resposta dos professores. Esse desequilíbrio agrava ainda mais os problemas já conhecidos, como o aumento do rácio aluno/professor, a sobrecarga de trabalho dos professores (cobertura de mais turmas), o aumento das dívidas relacionadas às horas extras dos professores e a deterioração dos indicadores de qualidade de educação dos alunos, nomeadamente: literacia, escrita e numeracia.

De acordo com as estimativas oficiais, o Governo necessitaria de cerca de 16 mil novos professores, apenas para o ensino primário para o ano 2026. Contudo, a proposta do PESOE - 2026 prevê a contratação de apenas 2.325 professores, número claramente insuficiente para garantir a cobertura necessária e a qualidade desejada no processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, as metas do Programa Quinquenal do Governo (2025–2029) prevêem a contratação de cerca de 58 mil professores para todos os subsistemas do Sistema Nacional de Educação (SNE) até ao final do presente ciclo de governação. No entanto, as projeções baseadas no ritmo real de contratação nos primeiros dois anos (2025 – 2026), indicam que a contratação de professores no Subsistema do Ensino Primário regista um crescimento de apenas 10% ao ano, indicando que, se continuar a este ritmo, até 2029 o Governo poderá contratar apenas 12.865 professores, muito abaixo do necessário na previsão no PQG.

Esta discrepância sugere um desalinhamento entre a planificação política e a capacidade real de execução, principalmente no ensino primário, como resultado, há elevada probabilidade de não cumprimento das metas do PQG (2025–2029), o que pode agravar ainda mais os problemas estruturais do setor de educação, tais como: elevado rácio aluno/professor, sobrecarga horária dos professores, incapacidade do governo em pagar as horas extras - expondo-se ao risco de greves e paralisações do processo de ensino-aprendizagem, o que concorre para a deterioração da qualidade da educação no país.

Portanto, este défice contínuo de professores põe em causa o cumprimento das metas do Plano Estratégico da Educação (PEE 2020-2029), que operacionaliza a Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro, lei que estabelece o regime jurídico do SNE. O primeiro objetivo estratégico do PEE enfatiza a necessidade de alargar a rede escolar pública, requalificar as Escolas Primárias em Escolas Básicas e assegurar condições infraestruturais, materiais e humanas adequadas, com especial destaque para a formação e alocação de professores. A insuficiência de professores, não é apenas uma falha administrativa, esta representa uma ameaça ao direito constitucional consagrado no artigo 88 da Constituição da República de Moçambique.

3. Análise sobre a proposta da alocação Orçamental 2026

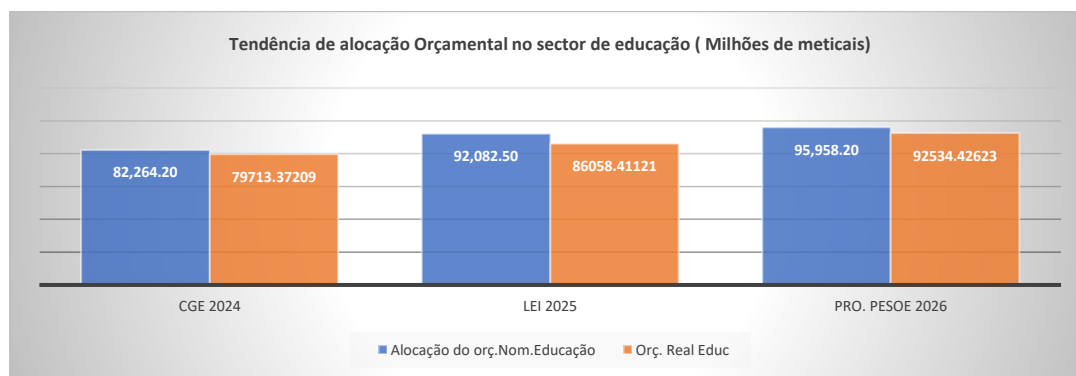


MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

As alocações orçamentais no sector da educação como um dos sectores sociais considerados prioritários em relação ao Orçamento Geral do Estado, tem tido flutuação ao longo dos tempos, confrontado o cumprimento dos compromissos regionais e globais sob os quais Moçambique é signatário.

Neste âmbito, análise dos dados comparativos que compreendem os instrumentos de gestão pública e de prestação de contas como a CGE¹ 2024, a Lei do PESOE de 2025 e a Proposta do PESOE² de 2026 evidenciam que, embora se observe um aumento nominal dos recursos para a educação de 82,264.20 milhões em 2024 para 95,958.20 milhões em 2026. Contudo, este crescimento tem vindo a desacelerar, passando de 12% em 2025 para apenas 4% na Proposta do PESOE 2026. Portanto, este ritmo (**Fig.1**) revela uma tendência de contenção orçamental, o que compromete a capacidade do setor em responder aos crescentes problemas que o sector enfrenta.

Figure 1: Tendência das alocações orçamentais no sector de educação



Fonte: Elaborado pelo MEPT com base nos dados da CGE 2024, LEI 2025 e Proposta do PESOE 2026

Em termos reais, considerando o impacto da inflação projetada de 7% em 2025 e 3,7% na proposta do PESOE em 2026, constata-se que o orçamento a se alocar no sector de educação apresenta uma ligeira contenção da Paridade do poder de Compra sectorial, numa perspectiva em que se projecta um crescimento da alocação orçamental de 4% em 2026 quando comparado as projecções do período homólogo de 2025 e com uma taxa de inflação esperada de 3.7% em 2026. Isso, significa que maior parte do crescimento orçamental será comprimido pela compensação da subida generalizada de preços no mercado, o que implica riscos de estagnação no sector dos investimentos no sector, tendo como consequências a incapacidade do governo em promover grandes projecções de mudanças positivas que permitam a expansão significativa da rede escolar, contratação de professores e melhoria das condições do de aprendizagem no Sistema Nacional de Educação.

Ademais, no que tange a tendência da priorização da alocação do orçamento no sector de educação em relação ao Orçamento Geral do Estado (OGE), nota-se uma evolução do peso

¹ Conta Geral do Estado 2024

² Plano Economico e Social e Orçamento do Estado

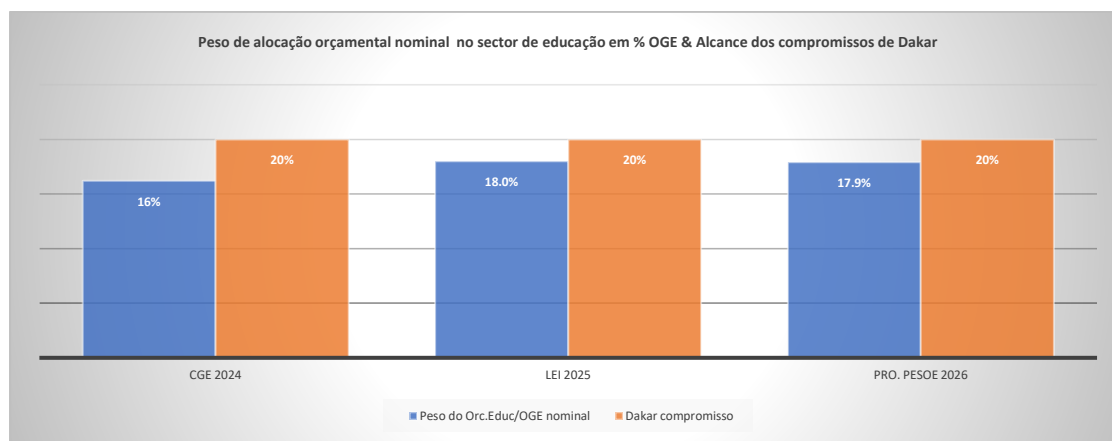


MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

nominal de 16% em 2024 para 18% em 2025. Contudo, a proposta do PESOE 2026 prevê um peso de alocação orçamental nominal de 17,9% do OGE, o que representa uma redução de 0,1 pp quando comparado com o orçamento sectorial da Proposta de Lei 2025.

Portanto, apesar de a tendência na priorização da alocação orçamental no sector de educação estar a 17,9% nominais do orçamento Geral do Estado, incluindo os Encargos Gerais do Estado sectorial (Fig.2), esta proporção continua abaixo do compromisso internacional de Dakar, que recomenda aos Estados membros a alocarem pelo menos 20% do Orçamento Geral do Estado no sector de educação, isto considerando a despesa Segundo a Classificação funcional.

Figure 2: Peso do orçam. educa em % OGE e comp.Dakar



Fonte: Elaborado pelo MEPT com base nos dados da CGE 2024, LEI 2025 e Proposta do PESOE 2026

4. Parecer

Para o MEPT, a valorização, contratação e a alocação justa de professores no Ensino Primário e um orçamento focado nos investimentos constituem factores fundamentais para o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação no país e, sem professores em número necessário e suficiente, os ínfimos investimentos previstos para 2026 correm o risco de não atingirem o seu impacto transformador, continuando deste modo, a agudizar a crise da qualidade de aprendizagem em que o país se encontra mergulhado.

4.1. Sugestões

Diante deste cenário, para o cumprimento dos compromissos globais e o impacto da inflação no poder de compra sectorial projectada para 2026, a Sociedade Civil por via da Rede MEPT exorta os Deputados que, nas suas discussões sobre o cumprimento da agenda de desenvolvimento junto do Governo de Moçambique considerem as seguintes sugestões:

Contratação de Professores

1. Definir e implementar uma estratégia clara de contratação de mais professores, alinhada com o crescimento anual do número de alunos, começando pelo exercício económico de 2026;



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

2. Elaborar um plano concreto para reduzir o rácio aluno/professor e diminuir o número de turmas superlotadas, onde dentre várias formas pode-se aplicar a verba orçamental que pagava os funcionários fantasmas que recentemente foram identificados pelo Governo para que esta passe a ser dedicada à contratação de mais professores em função do Regulamento do Subsistema de Planificação de Pessoal do Estado;
3. Garantir condições dignas de trabalho e valorização profissional aos professores, assegurando que possam exercer plenamente o seu papel na formação de cidadão.

Alocação Orçamental

4. Colocar o sector de educação como prioritário, não apenas para as despesas de Funcionamento, mas também no incremento dos investimentos, visando a implementação efectiva e eficaz da Lei 18/2018 do SNE e o respectivo Plano Estratégico de Educação 2020-2029;
5. Reforçar o compromisso com o financiamento sustentável da educação em mais de 2.1% (focado nos investimentos sectoriais) do Orçamento Geral do Estado, que se complementam ao peso de 17.9% já previstos na proposta do PESOE 2026, visando o alcance de pelo menos 20% do OGE para o sector de educação com base nos compromissos internacionais de Dakar, sob os quais Moçambique é signatário.

O MEPT reafirma a sua convicção de que apenas com uma priorização na alocação do orçamento virado para os investimentos e professores valorizados, contratados em número adequado e devidamente alocados será possível concretizar o compromisso do Estado com uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora, conforme os princípios da Lei nº 18/2018 e as metas do PEE 2020–2029, caso contrário, os problemas de hoje irão se multiplicar a longo prazo.

Por uma Educação Inclusiva, Equitativa e de Qualidade

Maputo, 18 de Novembro de 2025